

O SUS na Formação de Recursos Humanos

Unidade 1 - Atribuição do SUS na formação de RH



Leitura Recomendada

Saúde & educação: uma relação paradigmática

CHRISTÓFARO, Maria Auxiliadora. Saúde e educação: uma relação paradigmática. Brasília: UNA-SUS/Fiocruz, 2021.

Saúde & educação: uma relação paradigmática

Este texto foi organizado, exclusivamente, para destacar pontos nucleares da relação saúde e educação, o que permite tomá-los como elementos indissociáveis à atribuição do SUS de ordenar a formação de recursos humanos para a saúde. Se você pretende ampliar a abordagem acerca dessa temática, consulte e leia as referências indicadas, que foram utilizadas na elaboração desta súmula.

A definição constitucional de educação e de saúde no domínio da **ordem social** – que tem base no primado do trabalho e objetiva o bem-estar e a justiça social – é o que fundamenta as políticas, os programas e as ações desses dois campos, em todos os âmbitos. O “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e o “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, para assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988) situam, respectivamente, a educação e a saúde para além:

- a. Da atribuição normativa;
- b. Da prescrição (ato de indicar o que deve ser feito e o modo de fazê-lo);
- c. Da instrumentalização e do treinamento (atos de ensinar ou repassar determinada técnica e o manuseio de meios e equipamentos de trabalho tanto no campo da saúde como da educação).

Daí, ser imprescindível comprometer os ‘cenários, sujeitos, objeto’ dos processos de trabalho educativo (escolas, gestores, professores, alunos, meios, recursos) e de atenção à saúde (unidades de atendimento, profissionais de saúde, equipes, gestores, meios e recursos) de modo que a relação educação-saúde se efetive dialogicamente. Considerando as diferentes concepções de educação e de trabalho em saúde – intermediadas por normas, regulamentos, concepções filosóficas e políticas, recursos e instituições – podem reagir e agir combinadas e contraditoriamente, resultando ora em transformações, ora em resistências, ora em recuos, ora em criação.

Assim, resulta o fato inquestionável: os sistemas educacionais e de atenção à saúde agregam paradigmas e componentes que conformam processos de organização, funcionamento específicos e demandam recursos, metodologias, estratégias e tempos.

É neste contexto que a ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde perpassa pelas concepções de educação e de saúde presentes nos modos e meios de organização, gestão e funcionamento, tanto das instituições formadoras, como das unidades de atenção à saúde.

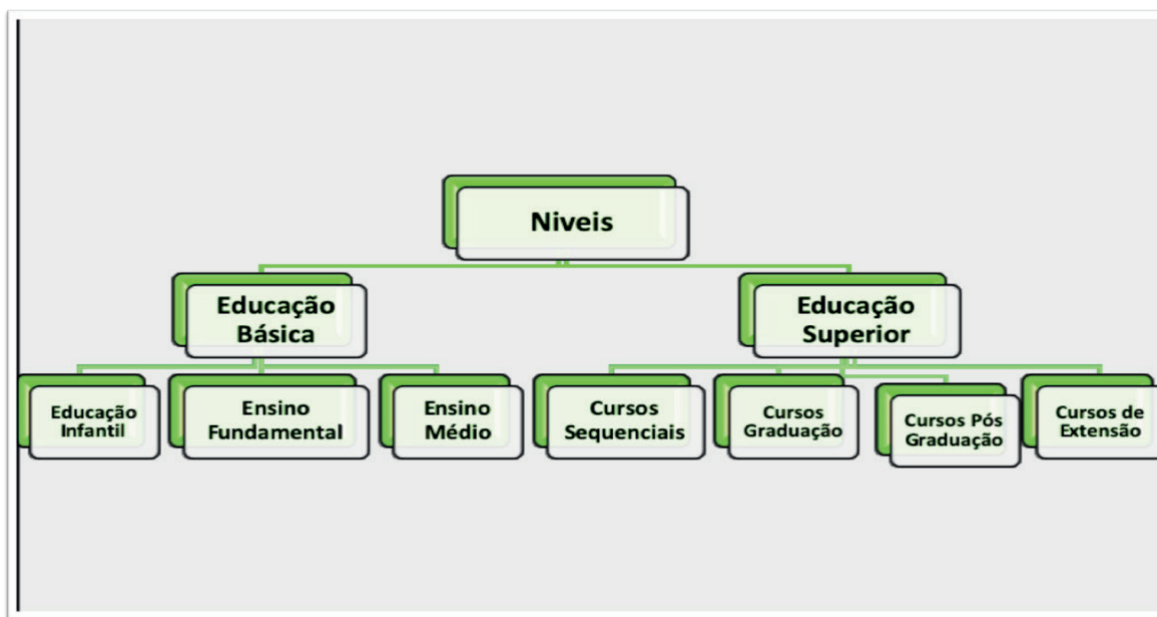
Uma premissa para compreender o sistema educacional e o sistema de saúde é não perder de vista que ambos resultam e implicam processos históricos, políticos, sociais e econômicos complexos e não são ‘cartas de um jogo’ onde cada lado faz valer interesses próprios.

Portanto, existe a necessidade de tomar as especificidades do Sistema Nacional de Educação (SNE) e do Sistema Único de Saúde (SUS), na perspectiva da ordenação da formação de recursos humanos para a área da saúde.

Vamos ‘andar’ mais um pouco no ‘caminho normativo’ da relação saúde-educação.

Sobre o SNE

Atendendo o Art. 214 da CF/1988 a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (LDB/1994) estabelece, como responsabilidade da União, coordenar a política nacional de educação, para articular os diferentes níveis e sistemas, exercer função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais e, entre outras tantas incumbências, *“baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação, que cabe aos Estados e DF e, aos Municípios, atribuições equivalentes em relação ao ensino médio e ensino fundamental, respectivamente”*. Assim posto, ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde não é similar, nem substitui e nem sobrepõe a competência do MEC/SNE e das Secretarias (estaduais e municipais) de Educação, no que diz respeito à regulamentação do ensino no país, em todos os níveis.



Referência: BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf.

Essa representação esquemática do SNE permite inferir a extensão, a dimensão e a complexidade da regulamentação da educação no Brasil.

É atribuição do SNE, portanto, estabelecer as diretrizes e normas gerais (regulamentação) da educação nacional (diretrizes nacionais) que considera as competências de **Estados e do Distrito Federal (DF) para o ensino médio** e, dos

Municípios para o ensino fundamental, logo, é o SNE que dispõe e regulamenta sobre a formação na área da saúde:

I. Educação Profissional Técnica do Nível Médio:

- Qualificação profissional técnica de nível médio – itinerário formativo aprovado pelo Sistema de Ensino; permite “saídas” intermediárias;
- Habilitação profissional Técnico de Nível Médio – integrada; concomitante ou subsequente ao ensino médio;
- Especialização Técnica para concluintes dos cursos de habilitação profissional técnica de nível médio.

II. Nível da Educação Superior – tecnólogo, graduação e pós-graduação *sensu strictu* (mestrado e doutorado) e *sensu lato* (especialização em geral com destaque para a modalidade de Residência).

Sobre o SUS

É pertinente reportar ao movimento da reforma sanitária, protagonista da **8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS)/1986** e da definição do SUS na **CF/1988**. A **VIII CNS/1986** teve como temas centrais:

- a saúde como dever do Estado e direito do cidadão;
- a reformulação do Sistema Nacional de Saúde;
- o financiamento setorial.

Entre os aspectos relacionados à **recursos humanos** estão destacados no Relatório da VIII CNS/Tema 2-Item”c” :

- capacitação e reciclagem permanentes de recursos;
- formação dos profissionais de saúde deve estar integrada ao sistema regionalizado e hierarquizado de atenção à saúde;
- inclusão nos currículos, da área da saúde, de conhecimentos das práticas terapêuticas alternativas;
- educação permanente.

Com as matérias das discussões e das recomendações estes eixos se firmaram como objetos de análise e proposições de movimentos, instituições e órgãos colegiados da área de saúde e de educação (nacional, estaduais e municipais), que estão dispostos no **Artigo 200 da CF/1988**, entre outras atribuições do SUS, a ordenação da formação de recursos humanos e o incremento do desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde.

Posteriormente, a **Lei n. 8.080/1990** reafirma as atribuições do SUS e estabelece que deverão ser estruturados mecanismos e estratégias para o cumprimento da complexa atribuição de ordenação de recursos humanos. De acordo com o que dispõem, especificamente, os Artigos 14, 17, 27, 30 e respectivos itens e parágrafos é possível listar, como exemplos, algumas **estratégias e objetivos** vinculados ao cumprimento dessa atribuição:

- Criação de Comissões Permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior com a finalidade de propor prioridades, métodos e estratégias para a formação, educação continuada dos recursos humanos do SUS na esfera correspondente e cooperação técnica entre essas instituições;
- Participação da União, dos Estados, do DF e dos Municípios na formulação e na execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde e na realização de pesquisas e estudos na área da saúde.
- A política de recursos humanos na área da saúde (organização de sistema de formação em todos os níveis de ensino, inclusive pós-graduação, elaboração de programas de educação permanente) será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo;
- Os serviços públicos que integram o SUS constituem campo de prática para o ensino e pesquisa, mediante normas específicas elaboradas conjuntamente com o sistema educacional.
- As especializações serão regulamentadas por Comissão Nacional, instituída junto ao Conselho Nacional de Saúde garantida a participação das entidades profissionais correspondentes.

Concluindo: as especificidades do SNE e SUS não se esgotam neste sumário, contudo aqui estão destacados pontos focais que se impõem como estruturantes da

articulação saúde-educação de modo a efetivar a atribuição do SUS direcionada ao amplo e complexo campo da formação na área da saúde.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 02 jun.2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação a saúde; a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRASIL. Conselho Estadual De Saúde. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde**. Relatório Final. 1986. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/relatorios-cns/1492-relatorio-final-da-8-conferencia-nacional-de-saude>. Acesso em: 02 jul. 2019

CHRISTÓFARO, Maria Auxiliadora. **A organização do sistema educacional brasileira e a formação na área de saúde**. In: SANTANA, José Paranaguá de; CASTRO, Janete Lima de(Org.). Capacitação em desenvolvimento de recursos humanos de saúde: CADRHU. Natal: Univ. Fed. Rio Grande do Norte, 1999. p. 109-123.

FRANÇA, Marco Túlio Aniceto; GONÇALVES, Flávio. O Sistema Educacional Brasileiro e os Mecanismos Perpetuadores da Desigualdade. **Seminário Diamantina**. Minas Gerais: CEDEPLAR, 2006. Disponível em:
<http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A076.pdf>.
Acesso em: 02 jul. 2019.

SANTANA José Paranaguá de; CHRISTÓFARO, Maria Auxiliadora Córdova. **Educação, Trabalho e Formação Profissional em Saúde**. Disponível em:
https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=formacao-e-capitacao-rh-165&alias=596-educacao-trabalho-e-formacao-profissional-em-saude-6&Itemid=965. Acesso em: 02 jul. 2019.